

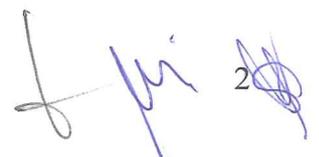
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA
BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC****CNPJ: 09.168.704/0001-42****NIRE: 53.5.0000348-7**

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, na sede da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, localizada no SCS Quadra 8, Bloco B-50 – 1º subsolo – Edifício Venâncio – Brasília/DF, reuniu-se o Conselho Fiscal da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, convocado na forma parágrafo 2º do Art. 21 do Estatuto Social da EBC e do Art. 14 do Regimento Interno do Conselho Fiscal. A reunião contou com a presença do Presidente do Conselho, **ÉDER SOUSA VOGADO, da Conselheira, **MILA ROCHA**, do Conselheiro **DUÍLIO MALFATTI JÚNIOR** e dos seguintes convidados: O Secretário-Executivo **FLÁVIO COUTINHO**, o Diretor de Administração, Finanças e Pessoas **LUIZ ANTONIO FERREIRA**, o Auditor-Chefe **MARCOS MANZOCHI**, a Gerente Executiva de Administração e Logística **ROSÂNGELA RIBEIRO**, os Auditores Adjuntos **LOURIVAL MEDEIROS** e **ANTÔNIO GERARDO JÚNIOR** e da Gerente de Contabilidade **ELIZABETH RIBEIRO**. Secretariou a reunião o Assessor **RODRIGO BARROS**. O presidente do Conselho, Éder Vogado, saudou os presentes e iniciou a reunião agradecendo o atendimento de suas solicitações pela Secretaria-Executiva e apreciando os seguintes itens da pauta: **1. PAUTA DELIBERATIVA Item 1.1 EXAMINADA** a Execução da lei Orçamentária Anual – LOA.. Foi feita inicialmente a apresentação do novo Auditor-Chefe, Marcos Manzochi. O Diretor de Administração Finanças e Pessoas, pediu a palavra e falou sobre o pedido do Presidente do Conselho para que a relação de contratos celebrados seja acompanhada de justificativa e de Parecer prévio da Auditoria Independente. O Auditor-Chefe Marcos Manzochi questionou o Conselho se o Parecer em questão seria da Auditoria Interna e afirmou que caso a resposta seja positiva, a AUDIN não tem em seu escopo de atuação, a emissão de parecer prévio, mas que se posiciona na Prestação de Contas Anual, emitindo considerações sobre cada contratação. O Presidente do Conselho confirmou o entendimento do Auditor-Chefe de que o parecer a que se referiu é da Auditoria Interna. O Diretor Luiz Antonio Ferreira comunicou que no Plano de Trabalho da EBC, estão previstas todas as contratações e que será realizado monitoramento mensal dos processos de contratação. O Diretor de Administração, Finanças e Pessoas Luiz Antônio Ferreira destacou a preocupação quanto a consecução de alguns contratos que em alguns casos é superior a um ano. Fez breve comentário sobre o Plano de Trabalho do exercício de 2017 que pode sofrer contingenciamento. A Gerente de Contabilidade Elizabeth Rodrigues informou ao CONFIS sobre a contratação da Auditoria Independente, que se posicionará sobre a Prestação de Contas de 2016, tema que será levado à Assembleia Geral do dia 24 de abril. Informou que o material de análise já foi encaminhado via e-mail e a empresa de Auditoria Independente tem o prazo até o dia 01 de março para emissão do parecer. O Presidente do Conselho manifestou preocupação com o grande volume de contratações emergenciais. A Gerente Executiva de Administração e Logística Rosângela Ribeiro informou que a Secretaria Executiva – SECEX fará o monitoramento dos projetos contidos no Plano de Trabalho separando por área e tema, valor, definindo limites e prioridades, bem como elencando uma lista com os demais projetos, em menor grau de relevância, que podem ser contemplados caso**

J. Pi 1 

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA
BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC****CNPJ: 09.168.704/0001-42****NIRE: 53.5.0000348-7**

tenha disponibilidade orçamentária. A Gerente destacou ainda que este monitoramento será encaminhado periodicamente ao Conselho Fiscal. Em seguida fez relato sobre a contratação da empresa FOX Engenharia para elaboração de projeto com duração de 250 dias úteis sobre reforma do prédio da Rádio MEC no Rio de Janeiro. Destacou que o prédio possui uma grande área, mas que não oferece condições de segurança. A Conselheira Mila Rocha questionou o montante orçamentário e financeiro que seria utilizado complementada pelo Conselheiro Duílio Malfatti sobre o que seria feito nesta edificação se não havia perspectiva de uso, ressaltando que para se fazer um projeto é necessário saber a destinação. A Gerente prosseguiu falando sobre o Grupo de Trabalho para avaliar a situação imobiliária da empresa. Destacou que a EBC possui 690 milhões em imóveis e em áreas bem localizadas. O Presidente do Conselho perguntou sobre a possibilidade de utilização de alguns destes imóveis pela EBC mas foi informado que nenhum comporta a estrutura da empresa e não é viável o funcionamento fracionado das atividades em localidades separadas. O Presidente do Conselho questionou o prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho para avaliação da questão imobiliária da EBC. A Gerente Executiva Rosângela Ribeiro informou que após a constituição do Grupo, informará ao Conselho o prazo para a conclusão dos trabalhos. O Auditor-Chefe Marcos Manzochi destacou a possibilidade de constituição de parceria público privada para a construção do prédio para a empresa. O Gerente de Orçamento e Custos, Milton Vilarouca Neto foi chamado para prestar esclarecimentos sobre o tema. O Presidente do Conselho questionou o Gerente sobre o volume de saldo remanescente nas fontes de recursos 0100, 0250 e 0280 do Grupo de Despesa de Pessoal. O Gerente respondeu que o recurso é oriundo de crédito suplementar no valor de 15 milhões, o qual não foi solicitado mas encaminhado pela Secretaria de Orçamento Federal. O Presidente do Conselho destacou que na Ata da 12ª SECEX de 06 de dezembro de 2016 foram disponibilizados 12,8 milhões para novos projetos em 2017, questionando se estão relacionados a novos investimentos em face da necessidade de renovação tecnológica pela Empresa. O Presidente do Conselho manifestou sua preocupação com o baixo valor para investimentos e solicitou que lhe seja enviado o Plano de Trabalho de 2017, quando aprovado. Questionou sobre os valores inscritos em restos a pagar no grupo de despesa de investimento e se existe perspectiva de realização em 2017, fato que não pode ser afirmado pelo Sr. Milton Vilarouca em razão das projeções financeiras da empresa para o exercício corrente. Questionou sobre os montantes recebidos e concedidos em destaque e sua execução e foi informado pelo Sr. Milton Vilarouca que existem pendências de entregas e prestação de serviços para a consecução destes recursos. O Auditor Antônio Gerardo Júnior destacou que do montante de crédito reservado para investimento o montante de 8 milhões é um montante baixo para produção de conteúdo e atividades de manutenção. A Gerente Executiva de Administração e Logística Rosângela Ribeiro destacou a aquisição de servidores de rede para a empresa. **Item 1.2 EXAMINADA** a Evolução dos Créditos a receber em Atraso. O Gerente de Finanças, Agripino Oliveira Filho foi chamado para prestar esclarecimentos sobre o tema e informou que a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM está

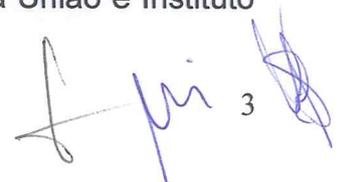


ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

inadimplente, mas que o volume da dívida caiu com o aporte de recursos do Governo Federal no fim de 2016. Informou que sua preocupação não é a SECOM em razão de estar dentro Orçamento Fiscal e Seguridade Social, mas que tem, mesmo com atraso, honrado seus compromissos. Destacou a dificuldade de recebimento das receitas de publicidade legal no prazo, mas que as empresas têm inadimplência baixa e não possuem títulos em cobrança judicial. Ressaltou a preocupação quanto à possibilidade de prestação de serviço pela Empresa a estados e municípios o que, considerando o cenário atual, poderia acarretar um aumento da inadimplência. A Conselheira Mila Rocha questionou sobre os níveis de comerciais pagos onde o Sr. Agripino destacou o grande montante dos Ministério das Cidades e Saúde, próximos a oitocentos mil reais. Os Conselheiros solicitaram que seja enviado ao CONFIS, bimestralmente, o quadro de inadimplência produzido pela Gerência de Finanças. **Item 1.3 AVALIADA** a Evolução do Passivo Trabalhista e as Medidas de Natureza Jurídica, Adotadas pela Empresa Brasil de Comunicação S/A. A Consultora Adjunta de Contencioso, Mariângela Costa foi chamada para prestar esclarecimentos sobre o tema e informou que o processo de orientação às áreas sobre a maneira de evitar os passivos trabalhistas, é constante. Conforme a Consultora, as áreas recebem orientação para evitar o acúmulo de funções e para que a carga horária dos empregados seja respeitada. Destacou a mudança constante de gestores e o horário de descanso dos servidores. Relatou ao Conselho que as leis que regem o exercício das profissões de jornalista e radialista são antigas e não condizem com a realidade atual, contribuindo para o aumento do passivo trabalhista. Salientou a necessidade de revisão da lei, que é da década de 70, em face as evoluções tecnológicas já ocorridas. A consultora salientou que é precário o acompanhamento do ponto dos servidores que tem resultado em ações relacionadas a prorrogação de jornada (PJ). Lembrou o desvio de finalidade apontado em reunião na 9ª reunião do Conselho de Administração de vinte e seis de outubro de 2016 e o conseqüente risco de passivo trabalhista para Empresa. O Presidente do Conselho manifestou preocupação quanto ao fato de ainda que a empresa tenha obtido sucesso em causas trabalhistas o montante de saída de recursos tem crescido. O Presidente observou ainda um aumento substancial do quantitativo de ações contra a Empresa nos anos de 2015 e 2016 e que o montante de 18 milhões de reais provisionados se demonstra insuficiente frente ao quantitativo das causas. A consultora destacou que o valor das causas aumentou do ano de 2010 pra cá, onde eram pagos aproximadamente 40 salários mínimos. Ressaltou a dificuldade no cálculo de riscos em razão da permissividade do gestor. A conselheira Mila Rocha destacou a necessidade de instalação de ponto eletrônico em especial na Presidência da República e a consultora informou que não foi permitido pelo órgão. A conselheira pediu que a solicitação fosse retornada em face de mudança de governo. **2. PAUTA INFORMATIVA. Item 2.1 RETIRADA DE PAUTA** a apresentação do Plano Estratégico e da Estrutura Organizacional da Empresa Brasil de Comunicação S/A. A apresentação será realizada na próxima reunião do CONFIS. **Item 2.2 ENTREGUE** a relação de contratos celebrados em novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017. **Item 2.3 ENTREGUES** as certidões negativas de débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e Instituto

 3

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA
BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

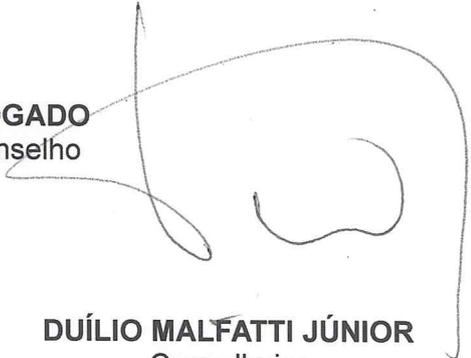
Nacional de Seguro Social. **Item 2.4 ENTREGUE** o Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço – FGTS. **Item 2.5 ENTREGUE** o Certificado de Adimplência no Cadastro de Créditos não Quitados do Poder Público Federal – CADIN. **Item 2.6 ENTREGUES** as seguintes atas das reuniões da Diretoria Executiva: 11ª Ordinária, de 7 de novembro de 2016; 12ª Ordinária, de 6 de dezembro de 2016 e 14ª Extraordinária, de 22 de novembro de 2016. **Item 2.7 ENTREGUES** as seguintes atas das reuniões do Conselho de Administração: 9ª Ordinária, de 26 de outubro de 2016; 10ª Ordinária, de 23 de novembro de 2016; 11ª Ordinária, de 14 de dezembro de 2016 e 5ª Extraordinária, de 27 de dezembro de 2016. O Presidente do Conselho, Éder Vogado agradeceu a presença de todos, solicitou que as reuniões do CONFIS comecem às 9 horas, para que haja mais tempo para as discussões e que os Conselheiros recebam a documentação para as reuniões com maior antecedência. Solicitou apresentação na próxima reunião do Conselho sobre necessidades tecnológicas em comparação ao montante de recursos previstos para manutenção/investimento/produção de conteúdo ao Gerente de Orçamento e Custos, Milton Vilarouca Neto e ao Diretor da DOTECA. Após, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e trinta minutos. Esta Ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho Fiscal e pelo Assessor Rodrigo Barros. Brasília, 15 de fevereiro de 2017.



ÉDER SOUSA VOGADO
Presidente do Conselho



MILA ROCHA
Conselheira



DUÍLIO MALFATTI JÚNIOR
Conselheiro

RODRIGO BARROS
Assessor